

MUITOS CAMINHOS, UMA ESTRELA



MEMÓRIAS DE MILITANTES DO PT

MANOEL DA CONCEIÇÃO

ENTREVISTA REALIZADA EM SÃO PAULO (24 DE JULHO DE 2006)



Manoel da Conceição nasceu em Pedra Grande, Maranhão, em 1935. Participou das associações de camponeses que proliferaram no Nordeste do país no final da década de 1950, contando com o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), organização que se dedicava a alfabetizar a população sem acesso à educação e a formar lideranças na luta contra o latifúndio. Liderou o processo de criação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão, em Pindaré-Mirim, em 1963. Com o golpe de 1964, o sindicato foi dissolvido e Manoel da Conceição passou um mês na cadeia, juntamente com outras lideranças. Nos anos seguintes, não obstante a proibição das atividades do sindicato, ele continuou atuante por meio das delegacias sindicais. Em 1967, Manoel da Conceição vinculou-se à Ação Popular (AP) e em julho de 1968 foi novamente preso, ocasião em que perdeu sua perna direita, atingida por um tiro de fuzil de um policial. Após sair da prisão, em setembro de 1969, viajou como representante da AP à China, país no qual permaneceu durante nove meses realizando cursos e aprofundando seus conhecimentos do pensamento maoísta. Retornou ao Brasil em 1970 e continuou atuando até exilar-se na Suíça, em 1976. Em 1979, com a Anistia, regressou ao país e engajou-se no Movimento pelo PT, sendo o terceiro militante a assinar a ficha de filiação ao partido. Participou das primeiras Comissões Executivas Nacionais e concorreu a governador de Pernambuco em 1982, permanecendo atuante nas lutas camponesas do Nordeste até hoje.

UMA FAMÍLIA CAMPONESA E A LUTA PELA TERRA

Senhor Manoel, gostaríamos de começar a conversa falando, ainda que rapidamente, das suas origens familiares e de como o senhor entrou na militância política.

Eu nasci no dia 24 de julho de 1935, num lugar chamado Pedra Grande, que na época era município de Coroatá, no Maranhão. Fica na margem do rio Itapecuru, antiga estrada de ferro, primeira do Maranhão. Meu pai chamava-se Antonio Raimundo dos Santos e minha mãe Maria Leotéria Frazão Santos. Ambos eram lavradores de terra que não tinham; nas terras dos chamados coronéis, capitães, donos de terra, criadores de gado extensivo. A terra em que meu pai habitava, onde ele fez uma casinha e tinha um quintal, um sítio, era herança dos avós, era própria; mas onde fazia a roça, trabalhava todo o ano, era a terra dos latifundiários. E eu me criei trabalhando na roça junto com meus pais. Meu pai era ferreiro, ele fazia as ferramentas para trabalhar na agricultura, como foice, machado, facão, enxada, cutelo... E também consertava e fazia arma de caça. Essa era a profissão dele. Eu sou analfabeto de pai e mãe, de forma natural. Nunca me sentei num banco escolar nem para ler uma cartilha de abc. O que eu aprendi de leitura foi depois de rapaz, envergonhado porque uma vez uma moça me escreveu uma carta e eu não sabia ler. Fui pedir a um camarada que era amigo meu para ler, e ele depois espalhou o boato por todo canto. Eu me zanguei por aquilo, aí eu passei a pedir lição a quem sabia ler, de casa em casa. Foi assim que eu aprendi a ler alguma coisa e escrever alguma coisinha.

Quantos anos você já tinha?

Tinha já uns 17, 18 anos.

E como é que foi a sua entrada, então, na militância política, nos movimentos sociais?

Na minha região, tinha um fazendeiro, criador e grande comerciante, chamado Luís Soares. Ele era conhecido como o pai da pobreza. Se mexiam com um agregado dele, ele entrava a favor, para defender. Era um homem que vendia a produção que ele tinha lá, de tecido, de panela, de prato, tudo, num ano para pagar no outro. A gente comprava a crédito e pagava no outro ano, ele ficava com o nosso arroz, nosso milho, nossa farinha, mandioca, tudo. Bom. Esse cidadão, uma época, chegou na casa de meu pai perguntando se ele tinha os documentos daquele terreno que nós morávamos. Papai dizia: “Não tenho, não. Já vem dos meus avós”. Aí ele perguntou se meu pai aceitaria que ele registrasse a terra como dele. Meu pai disse: “Como assim?”. Ele disse: “Eu vou registrar dentro dos meus terrenos, fica como minha, mas na verdade é de vocês, para filhos e netos, a vida inteira”. Aí meu pai concordou. Ele era um cara, segundo meu pai, muito legal, muito bom. Em 1952, depois que ele fez esse registro, ele morreu; e a viúva dele, chamada Margarida Maria Alves, Guida, entendeu que a terra não era nossa, era do finado marido; e foi pedir para nós sairmos da terra, que ela precisava daqueles terrenos para botar outros

moradores. Meu pai ficou muito revoltado e não quis sair. Mas eles terminaram arranjando jagunços, policiais lá do município e nos expulsaram da terra. Isso aconteceu em 1955. Foi aí que começou na minha pessoa a primeira revolta contra latifundiário. Na época, não chamava nem latifundiário, era fazendeiro, dono de terra.

E depois dessa expulsão?

Fomos obrigados a nos mudar e fomos morar num lugar chamado Bacabal do Mearim. Era distante. Lá do rio Itapecuru ao rio Mearim devia dar umas vinte léguas mais ou menos, o que seria uns sessenta quilômetros. Aí chegamos lá nesse povoado, onde já morava um bocado de famílias, evangélicos, do Sétimo Dia, adventistas. E lá nós ficamos morando também. Dois anos depois, apareceu outro dono dessas terras, chamado Manacé Castro, que era filho do delegado de polícia que tinha o nome de Raimundo Alves de Castro. Essas terras lá, segundo os moradores, eram terras da União, terras devolutas, terra que nunca tinha aparecido o dono. Nessa época, estavam querendo criar gado, e aí queriam tomar essas terras, grilar. Aí os moradores se juntaram, e discutimos bastante, soubemos que uma associação rural havia sido criada no município de Bacabal. Juntamos três pessoas e fomos lá, para saber que providências a gente tomava. Encontramos o presidente da associação, conversamos bastante, contamos toda a história, essa ameaça de expulsão, fomos na casa do delegado, fomos na casa do prefeito. E o presidente da associação disse: “Olha, você volta, junta os moradores tudinho e cria lá uma delegacia da associação daqui”. Com essa orientação, chegando lá no local denominado Copaíba, saí de casa em casa convidando os moradores para conversar sobre a associação e as providências que tinham que ser tomadas.

E a orientação que ele deu era uma armadilha?

Era. Quando nós estávamos reunidos, num salão onde os moradores se reuniam para orar, cantar hino, essa coisa, ouvimos o barulho de um carro lá na estrada de areia. Era um caminhão, e dentro vinham uns vinte jagunços e o senhor Manacé Castro, todo mundo armado de revólver, espingarda e punhal, dizendo: “Não corre ninguém porque morre”. Tomaram conta das portas. Aí, saltou para dentro do salão um jagunço e matou, a sangue-frio, de punhal, dois rapazes, uma velhinha de 70 e poucos anos e uma criancinha de 3 anos. Os rapazes morreram porque eles foram um pouco... falaram duro, sabe? A velhinha morreu porque corria na sala gritando: “Não matem meus filhos, seus desgraçados”. Eles deram um tapa, jogaram no chão e cravaram com um punhal nas costas, e ela ficou rodando na terra. E a criança porque estava gritando “papai, papai”, de choro, não é? Eles pegaram a criança e deram um soquete na parede e a cabeça estourou, abriu o miolo, e a criança morreu na hora. Eu escapei só com um ferimento na perna esquerda. Quando eu ia saindo, deram um tiro, mas não pegou no osso, pegou só num bocado da perna aqui, cortou; e eu escapei porque já estava mais ou menos escurecendo, tem uns mangais, tinha muito pé de manga bonito, e eu me escondi por lá... Deram uns tiros ainda mas não me encontraram mais. Depois que eles foram embora, voltei para o salão, convidei todos os moradores que estavam ali ainda por perto, todo mundo voltou, e nesse momento eu estava com tanta raiva, uma revolta muito grande... Eu era evangélico da Assembléia de Deus. Aí eu me ajoelhei perante os mortos e fiz um compromisso com eles e com toda aquela comunidade e com Deus, dizendo que a partir daquele momento eu teria esse compromisso de lutar, enquanto vivesse, para um dia ver o fim da dominação dos fazendeiros sobre os trabalhadores que não têm terra. Esse juramento que eu fiz foi público e aberto lá na hora. Fui para casa e começou uma perseguição grande. Deixei meus pais e fui embora para o lugar que eu tinha vindo, chamado Pirapemas.

Quantos anos você tinha?

Isso foi em 1957. Chegando de volta em Pirapemas, encontrei uma associação que havia sido criada também. E a bandeira de luta da associação era reconquistar as terras de quem haviam perdido para os grandes proprietários. Eu pensava que só nós tínhamos perdido as terras; mas não, foram dezenas de outras famílias. Esse senhor Luís Soares tinha colocado as terras dos moradores como dele, registrou no cartório. E aí... O presi-

dente da associação chamava-se Antonio Vicente. Ele fez lá um debate, todo mundo disse que queria a terra de volta, ele disse: “Mas para poder provocar os homem lá, criar um conflito, como vocês são os donos mesmo da terra, vocês vão começar a tirar as frutas que plantaram lá, laranja, abacaxis, abacates, tudo que tiver; e, quando eles levarem na justiça, a gente vai provar que não é deles a terra”.

E essa associação era ligada ao Ministério do Trabalho?

Eu não sei bem, porque na época eu não estudava muito isso. Eu estava ali mais por uma questão de revolta mesmo. Só sei que era legal. Não era clandestina. E a notícia correu para São Luís porque a dita senhora Margarida Maria Alves, dona Guida, informou na Secretaria de Segurança Pública que havia chegado um bocado de comunistas que estavam tomando as terras no município de Pirapemas. Aí o Antonio Vicente soube dessa conversa e foi lá também. Contou a história direitinho, o que tinha acontecido, e aí o secretário disse: “Olhe, o senhor volte, convoque uma assembléia dos queixosos, e eu vou mandar lá um cidadão para ouvir cada um, para ver a queixa, como é que nós vamos tratar do assunto”. Antonio Vicente voltou, achando que tinha sido uma boa coisa, não é, o chamado entendimento. Chegou lá, convocou todos nós. A gente foi para a sede da associação. Ele combinou meio-dia, a hora que o trem passava na estrada de ferro. O trem passou... Não chegou ninguém. Mandamos ver se tinha alguém, na estação ferroviária. Não tinha ninguém. Voltamos. Uns quinze a vinte minutos depois, nós olhamos na rua, vinha um bocado de soldado, tudo armado, fuzil e metralhadora. *Plam-plam-plam*. Até chegar na porta da associação. Chegaram, escalaram as armas assim e perguntaram... Tinha lá umas 160 pessoas, inclusive criança, mulher. Perguntou assim: “Quem é aí o presidente dessa merda?”. Aí... “Não, aqui não tem presidente, não. Aqui tem nós.” “Ah, então quer dizer que todo mundo é presidente, não é?” “Não. Ninguém está dizendo que todo mundo é presidente. O presidente não está aqui.” Porque nós não queríamos dizer, para não entregar o homem. Aí... “Se todo mundo é presidente, então... lá vai bala.” E começaram a atirar assim, em cima, nas *frechadas* da casa, de fuzil e metralhadora... O fato é que, dessa vez, eles mataram sete pessoas a bala, dentro de casa. E um agricultor, que ninguém sabe quem foi, correu até em casa, pegou uma espingarda velha lá, voltou e deu um tiro num tenente que caiu no chão morto. Um tiro na barriga. E o soldado que tinha pegado um camponês, que estava querendo matar, o soldado de outro canto, ninguém sabe, atirou no rapaz, matou; e o rapaz matou o soldado, de faca, antes de morrer. Então foram sete dentro de casa, o tenente, oito, o companheiro que morreu, nove, e o soldado: dez pessoas morreram nesse dia. Isso foi tão brabo que a gente ficou de novo baratinado, mais revoltado ainda. Aí a minha idéia era ser uma espécie de Lampião. O que é que vou fazer agora? Era uma revolta total. De lá de Pirapemas, eu venho parar num lugar chamado Pindaré-Mirim. Pindaré-Mirim era mata, mata, portal da Amazônia, não tinha dono de terra, não tinha gado, não tinha fazendeiro. Meu pai foi para lá, minha mãe. Ficamos morando. Meus irmãos ficaram para trás, em Pirapemas, a maior parte. E eu fiquei lá. Para não morrer de bala. Isso foi em 1958. Em 1960, apareceram uns rapazes e umas moças se dizendo de um movimento chamado Movimento de Educação de Base [MEB]. E me convidaram para um treinamento, como era chamado. Era um estudo. Nós éramos 35 pessoas e foram treze dias. Foi a partir desse primeiro encontro com o MEB que começaram a vir na minha cabeça algumas luzes. O tema foi: “Sindicalismo, política e cooperativismo”. E, no que encerrou, todo mundo saiu com uma missão: de fazer essa discussão sobre esses três pontos, política, cooperativismo e sindicalismo, nas comunidades de onde cada um veio. O fato é que lá a gente tentou fazer a discussão, mas o pessoal não sabia nem o que é cooperativa, nem sindicato e nem política. Pensava que política era dar um voto no dia da eleição...

Você tinha interesse em votar? Votava nas eleições?

Nunca. Nunca votei. Até essa época. Aí, meu companheiro, nós fizemos o seguinte. Não dá para nós fazermos o trabalho do jeito que estamos. A única saída é começar a ensinar o pessoal a ler um pouco. Aí começamos a discutir com a comunidade a importância de saber ler. E sempre tem, na comunidade, alguém que sabe ler alguma coisa e a gente contratava aquela pessoa como professor da comunidade, dava uma gratificação,

tirando a contribuição de cada família. Fizemos 28 escolas de alfabetização. De dia, as crianças estudavam; e à noite eram os adultos. E os temas eram: sindicalismo, cooperativismo e política. A professora ensinava a ler esses nomes. O que é que é política? A pessoa lia... Po-lí-ti-ca. Como é que se escreve? Aí a pessoa ia...

A orientação do MEB permaneceu depois do curso concluído?

É. Porque as professoras do MEB vinham de mês em mês fazer lá um acompanhamento.

Mas o MEB é católico. E você ainda era da Assembléia de Deus?

Continuei na Assembléia de Deus. Aí, com esse acompanhamento do MEB, as pessoas aprendiam aquele método, que eu nem sabia que era do Paulo Freire; eram as coisas do local que se transformavam em nome... como é que se escrevia o pé de mandioca, o pé de milho, o pé de feijão, o pé de arroz, a árvore, o porco, a galinha, o bode, a ovelha, e também essas palavras – estranhas, não é – sindicato, cooperativismo, política. Era esse aprendizado que a gente ia fazendo. Resultado: no dia 18 de agosto de 1963, nós convocamos a primeira assembléia geral dos trabalhadores rurais autônomos de Pindaré-Mirim, para a fundação do primeiro sindicato do Maranhão na época, que até então não tinha. Só tinha sindicato de outras categorias como... aquele outro, como é que chama? Estivadores...

Esses trabalhadores, vocês se dedicavam a quê? Qual era a atividade? Vocês trabalhavam em fazendas ou trabalhavam para vocês mesmos? Era produção de alimento, pequena propriedade?

Era terra, era mata da Amazônia. Nós íamos plantando produção do que a gente precisava, de arroz, milho, mandioca, feijão, uma parte a gente vendia, a outra parte a gente deixava para comer: alimento. Aí nós éramos conhecidos como trabalhadores autônomos. A gente não sabia na época nem o que era a palavra autônomo [ri]. Todo mundo chamava assim, eu também chamava. E nessa assembléia apareceram mil e poucos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Resultado desse trabalho das escolas. E foi nessa assembléia de fundação do primeiro sindicato de Pindaré-Mirim que o companheiro Chico e uma irmã chamada Nazaré deram o informe das Ligas Camponesas¹ nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte...

DO GOVERNO JOÃO GOULART

À DITADURA MILITAR

Nesse momento, você está em pleno governo João Goulart, quando as lutas sociais cresceram muito...

É. Certo. Só que não orientavam a fundação de ligas porque elas eram ilegais. Era melhor fundar sindicato porque sindicato já tinha lei, aí nós criamos o sindicato, e não ligas camponesas. E as associações que havia na região do Maranhão, que já tinham até uma federação chamada Atam [Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão], aos poucos, foram também se transformando em sindicatos de trabalhadores rurais².

Além da ação do MEB, você sentia alguma presença do Ministério do Trabalho? Porque, nesse momento, há um estímulo muito grande do governo em relação à criação dos sindicatos rurais.

Eu não sei se era só do Maranhão; mas o Maranhão, antes mesmo do João Goulart, tinha uma oligarquia – Vitorino Freire – que tinha o monopólio de tudo. Então os trabalhadores rurais não sabiam nem quem era a autoridade, Ministério do Trabalho, coisa nenhuma. Só ouviam falar. Não tinha nenhuma visita. E, quando o sindicato foi fundado, o que nós ficamos sabendo depois é que para o Ministério do Trabalho, lá no Maranhão, era visto como uma ameaça à paz na região. Está entendendo? Não foi visto como uma coisa progressista, de ser

acatada, foi visto como uma ameaça, de luta pela terra. Porque a palavra de ordem que foi aprovada no dia da fundação, que todo mundo queria, qual foi? Havia já uma prática dos fazendeiros de criar o gado deles na roça dos agricultores. Eles não faziam o pasto. No verão, quando tinha pasto na beira dos lagos, o gado ia para lá se alimentar; mas, no inverno, esses lagos enchiam d'água, e aí esse gado subia para os altos, onde estava a roça dos agricultores, e eles comiam. E o maior desejo que tinham os agricultores dali era ver esse gado preso, para não roer o arroz deles, a produção deles. Então, qual foi a palavra de ordem? Que todo fazendeiro prendesse seu gado, para não dar prejuízo na roça do agricultor. Aí todo mundo bateu palma, alegre, satisfeito. Bom, e se eles não prenderem? Vocês fazem o seguinte: vão dar parte, a primeira, a segunda, a terceira vez; se eles não tirarem o gado da roça, e a gente tiver prejuízo, vocês fazem o seguinte: matam o gado, depositam o dinheiro em juízo na cidade. Esse foi o combinado. Nós lutamos contra gado na roça até o dia do golpe militar. Já tinha morrido muito gado, muito gado mesmo. Passou a ter uma orientação assim, virou até palavra de ordem em todo o município, toda a região: "Gado que come roça come bala". Se o dono do gado vier conversar sobre os prejuízos da roça, converse. E se ele pagar o prejuízo que o gado dele deu; se sobrar dinheiro, você devolve para ele o troco. Se não der para pagar, ele fica devendo... Nessa luta pela prisão do gado, mesmo com o golpe, nós conseguimos impedir que gado comesse a nossa produção de arroz, milho e mandioca. Fomos com uns paus furados, uns cacetes, mas impedimos, mesmo depois do golpe.

E o que é que aconteceu?

Nós descobrimos que, se o gado era um problema, o pior problema era o atravessador, que comprava... Aquilo que eu já falei no começo do Luís Soares, comprava a produção do meu pai e vendia de um ano para outro. Então, eles vendiam o tecido, os pratos, as panelas, e, quando era no final do ano, pegava toda nossa produção por um preço insignificante, recebia, para pagar as dívidas que tinha feito já no outro ano. Isso era a cultura da região. O que é que nós fizemos? Criamos cooperativas de pequenos agricultores, armazenamos toda a nossa produção nessas pequenas cooperativas e negociamos com os pequenos comerciantes, para só pagar as dívidas quando vendessem o arroz, de outubro em diante, porque é quando dá preço. Até lá o arroz ficava preso nos nossos armazéns. E foi quando chegou nessa parte de prender a produção, para não entregar para os comerciantes lá a qualquer preço, que o Exército apareceu. Enquanto nós estávamos só fazendo zoada, não tinha ido lá. Nosso dinheiro que estava no banco, também, do gado que tinha sido vendido, que botava lá para pagar advogado, o Exército tomou. Tomou o arroz e o dinheiro [risos] todinho. Mas a idéia de cooperativismo pegou. Porque a gente entendeu que quem tem o poder econômico já tem 50% do poder nas mãos. Mais tarde, descobrimos que quem tem o chamado poder do conhecimento científico, filosófico e técnico tem a outra metade. Então, por isso nós dissemos o seguinte: é preciso a junção de quem produz, faz a riqueza, com nossas mãos, com nossa força do corpo, dos braços, com quem tem o outro lado, quem tem acumulado em si o conhecimento científico e técnico. Ao invés de vender esse conhecimento para o patrão, como mercadoria, nós vamos trocar informação. Por isso é que nós precisamos incentivar a questão da cultura popular, do teatro, da música... É preciso, meus companheiros, essa paciência pedagógica de Jó. E assim como eles são continuadores dos donos dos escravos, eu reivindico que estamos continuando aquela luta travada por Zumbi dos Palmares, por Antonio Conselheiro, pela Balaiada³, no Maranhão, e por muitos outros companheiros que foram mortos querendo transformação. A gente também, hoje, pensa o seguinte: queremos uma sociedade democrática, fraterna, humana, socialista, não sei como é que é o nome, sei que é uma coisa boa [ri]. A gente está investindo nesse rumo. Eu não sei quem é que vai continuar depois; mas, enquanto a gente estiver vivo, quero estar fazendo a minha parte. A gente faz isso em homenagem a todos que já faleceram, que lutaram, derramaram sangue, perderam a vida, não é?

Manoel, nessa época, o senhor já era o líder do movimento, a pessoa mais conhecida?

Não. Eu era líder enquanto movimento. Mas, enquanto, assim, organização, enquanto... como se diz?, formação, compreensão, eu não era.

Quem era?

Tinha um companheiro chamado José Vicente e tinha outro chamado Antonio Lisboa Brito.

Esses eram mais diretamente ligados ao MEB?

Eram. Eles sabiam ler, bem. E eles eram os companheiros que me ajudavam lá nesse trabalho, a nos orientar, juntos. O Antonio Lisboa Brito era piauiense, tinha migrado para o Maranhão. E o José Vicente era de lá mesmo, era maranhense. Ocorre que, com o golpe militar, José Vicente foi preso e o sindicato foi ocupado pelas forças militares do Exército e da Polícia, tentaram acabar com o sindicato. E aí ficamos sem poder nos reunir. Resultado, eu fui para São Luís; lá, quase que fui preso, não tinha lugar para ficar; nem na igreja. Dom Frágoso, que era o bispo de São Luís, era o presidente do MEB, aí ele mandou me deixar num lugar chamado Pedreira do Mearim. Lá fiquei, de abril até junho, escondido. Quando voltei para o meu povoado, todo mundo queria saber o que é que tinha acontecido e eu comecei a conversar; e aí começou a chegar gente, chegar gente, chegar gente. Tinha dia que tinha trezentas pessoas na boca da minha porta, num momento que estava proibido reunir mais de três, cinco pessoas. Aí, a notícia correu para Pindaré-Mirim, e a polícia mandou me buscar preso. A primeira vez eu não fui preso, o pessoal não deixou, a segunda vez, vieram mais soldados, mas de novo não me levaram. Aí uns comerciantes, gente amiga lá do povoado, me disseram: “Rapaz, se tu não for lá nessas autoridades, eles vão terminar te prendendo. Porque eles mandaram cinco tal dia, tu não foste, mandaram dez, tu não foste; eles mandam vinte, mandam trinta, mandam cinquenta, mandam cem, e tu vai terminar sendo preso. Tu não roubaste, tu não mataste; é melhor tu ir lá se entender com esses homens”. Aí, rapaz, ficou aquela confusão na minha cabeça.

E o que é que você fez?

Sai de casa à meia-noite, numa canoinha a remo, andei o resto da noite; quando foi 9 [horas] do dia eu cheguei na cidade de Pindaré-Mirim, fui lá para a delegacia e disse: “Bom dia, sargento”. “Bom dia. Quem é você?” Eu digo: “Eu sou Manoel da Conceição”. “Olha! Pega o homem!” Aí me prenderam, na hora, meteram na cadeia. Passei trinta dias preso. Me prendiam, passavam três, quatro, cinco, seis dias, soltavam; aí, quando eu ia saindo da cidade, tornavam a prender de novo. Aí traziam de novo, no chicote, até na cadeia. Minha companheira, eu fui preso cinco vezes nesses trinta dias. Só para humilhar a pessoa. Soltavam e pegavam de novo, para voltar apanhando, empurrado com o fuzil, pé na bunda, em todo canto. Com esse desgosto da prisão, eu disse: eu não fico mais morando nesse lugar, chamado Tufilândia. Vou morar nas cabeceiras do Caru. Peguei uma canoa, botei a família dentro, toquei pro mundo. E quem quiser me acompanhar vá também. E lá, meu companheiro, eu tinha que fazer roça, e começou a chegar gente, companheiros, também perseguidos, iam para lá. Resultado, quando estava com um ano e pouco, tinha já umas duzentas pessoas na família. Não tinha nenhuma mulher, só homem, duzentos homens. Para que esses homens? A gente ia fazendo roça e, quem podia, ia comprando uma cartucheira...

E o que vocês pensavam fazer com as armas?

A gente queria vir no Pindaré-Mirim, uma noite qualquer, prender o prefeito, o delegado de polícia e torar de chicote no meio da rua, para todo mundo ver que eles estavam apanhando. Porque para nós o governo federal era gente boa, apesar de tudo; a gente não sabia a raiva que ele tinha da gente, não. Resultado: quando já estava quase com a viagem pronta, a canoa pronta, feita de madeira, chegou um cidadão – e aqui eu presto uma homenagem a ele, meu companheiro Rui Frazão, de São Luís, amigo do MEB – e disse: “Gente, vocês são é malucos. Vão fazer o que no Pindaré, com esse negócio aí de querer bater em delegado? [ri] Rapaz, vai dar confusão. Vão fazer isso, não”. Como nós tínhamos muito respeito pelo pessoal do MEB... O MEB foi proibido de ir ao Maranhão, lá no interior, nunca mais. E aí nós acabamos com a idéia. As armas ficaram para caça, espingarda, para a gente matar caça, jacu, tatu, paca, cotia, anta, veado, e continuamos trabalhando. E o Rui Frazão nos convenceu que no

Maranhão tinha um sujeito, chamado José Sarney, que era uma pessoa nacionalista, democrata, beleza, não é, que estava se candidatando a ser governo do estado; que era bom que a gente voltasse e assumisse a campanha dele. E eu fui um dos que voltaram. A maior parte não voltou, mas eu voltei. E aí, minha companheira, eu entrei na campanha do Sarney, em 1965⁴. Por onde ele passava, jurava a Deus e ao povo, dizendo o seguinte: “Meus irmãos que foram presos, que apanharam, que perderam terra, vou meter esses bandidos tudo na cadeia, se eu for eleito governador desse estado. O Tide Santos (que era um cara que tinha lá, do prefeito) e o Cearense Carlos (que era outro), vou mandar pegar, vivinho, tirar o couro e mandar os lavradores tirar talo de coco e babaçu e espichar no sol quente, para todo mundo ver o couro deles lá, secando, para fazer calçado”. E o povo...

Acreditou.

Acreditou. E ele dizia mais assim: “E eu quero que Deus agora, nesse momento, me mande lá do céu um corisco – sabe o que é corisco? é um relâmpago, aquele raio assim – me cortar aqui, todinho, nesse caminhão, se eu não fizer o que eu estou falando”. O pessoal, todo mundo religioso, crente nessa coisa de que tem corisco mesmo, quem é que não votou para Sarney? Andava era nos braços. Minha filha, aí, foi eleito, voltei para lá. Comecei a reincidentar de novo o sindicato, organizar de novo, e aí a luta veio muito mais braba ainda. Aí os fazendeiros, que sabiam que estavam com as costas quentes, apoiados pela ditadura, não tinham medo de nós, não. Mas nós também não tínhamos medo deles. Nós fazíamos assembléia, às vezes, em três municípios num só dia, juntávamos 50 mil trabalhadores rurais em plena ditadura militar.

O ENGAJAMENTO NA AÇÃO POPULAR E A VIAGEM À CHINA

Nesse período, vocês estavam ligados com alguma organização política também? A relação com a Ação Popular começa aí?

Depois do golpe de 1964, os companheiros do MEB trouxeram alguns companheiros, Rui Frazão era um deles, e tinha outro chamado Raimundo, uma Regina, uma Lígia, esse pessoal era da AP. Aí que eu tomei conhecimento da AP. Duarte Pereira, nesse tempo, ele era da Bahia, tinha feito um discurso bonito, não é? Foi esse discurso do Duarte que me ajudou a começar a entender a AP. E passei a ser, primeiro, um simpatizante da AP, e terminei sendo um dos seus militantes. Eu entrei para a AP sabe quando? Em 1967.

E como foi a reação da repressão diante desta mobilização camponesa em pleno auge da ditadura?

Baixou o Exército de Teresina, de São Luís, e foi uma perseguição infernal. Saiu outra palavra de ordem, que era continuar mantendo a palavra de ordem “Gado que come roça come bala”, e, agora, derrubar todas as grandes cercas das nossas terras, que tinham sido colocadas pelos fazendeiros para botar o gado deles dentro, na nossa produção. Aí é que gado morreu mesmo. Gado morria, gado morreu. Quando foi no dia 13 de julho de 1968, nós estávamos numa assembléia no interior... Porque a sede do sindicato continuava ocupada pela polícia, ninguém ia lá; mas no interior tinha a delegacia sindical, onde a gente se reunia, perto das comunidades. Nós pintávamos e bordávamos lá. Resultado: numa assembléia geral, o pessoal descobriu que estava com problema de malária, e o sindicato contratou um médico em São Luís, chamado João Bosco. E, no dia que fizemos a consulta médica com os moradores, o prefeito, com apoio de Sarney, ou sei lá, eles pegaram um carro de polícia, chegaram lá, perguntaram: “Quem é Manoel da Conceição aí?”. Digo: “Sou eu”. Aí fui saindo... me meteram bala. Foi aí que eu perdi a perna direita, arrancada de bala de fuzil. Tenho uma perna mecânica hoje. Quando eu perdi essa perna, houve revolta no campo e também em São Luís, dos estudantes, dos médicos.

E qual foi a reação do Sarney?

Sarney ficou um pouco envergonhado, porque dera uma de democrata. Eu tinha acabado de lançar uma nota, que saiu no jornal da AP, saiu na *Veja*, saiu em todo canto aí. Ele veio do Japão só para dizer que rechaçava os que tinham feito essa perversidade e que garantia a minha sobrevivência da melhor maneira possível. E mandou alguém do secretariado dele lá no hospital para conversar comigo, dizendo que ele não foi culpado, que foi um erro do prefeito, de não sei de quem, da polícia, mas que ele ia me garantir uma perna mecânica da melhor qualidade, uma casa para morar, em São Luís, que eu não precisava voltar para o interior, um carro – para quando eu quiser voltar a passeio lá e fazer algum trabalho dentro da minha atividade política – com motorista e tudo, e um emprego para minha mulher, lá em São Luís. Eu fiquei escutando essas propostas e depois eu disse assim: “Doutor, o senhor vai dar perna para todos os aleijados do Maranhão? Casa para todo mundo que está aí sem casa? E esse carro, todo mundo que não tem também vai ter um carro para andar quando precisar? Porque, doutor, eu também não sou besta, eu quero ter para mim – mas, enquanto o senhor não fizer para todos os outros o que o senhor me disse, eu não quero. Sabe por que, doutor? Porque essa perna eu não perdi defendendo a sua campanha política, eu perdi defendendo os trabalhadores no seu direito de possuir a terra. E eu acredito, doutor, que se cada companheiro der um centavo – naquele tempo – de cruzeiro, eu vou ter uma perna tão boa como essa que o senhor está falando, porque ela vai ser dada por minha própria classe. Minha perna é minha classe”. Eles voltaram de lá, interditaram o hospital, botaram um guarda na porta do meu quarto, para não deixar ninguém entrar mais, até o dia que eu saí de lá.

Essa frase ficou famosa, não é?

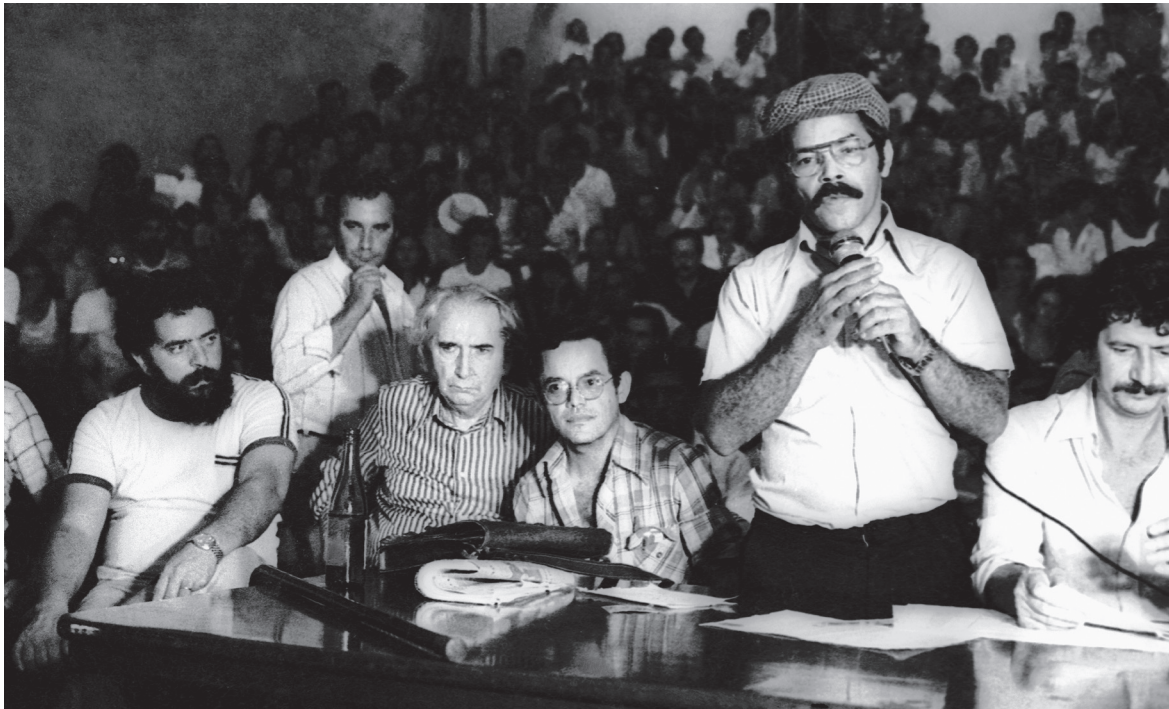
É, saiu no jornal e hoje está espalhada por todo canto: na Itália, no Japão, na Suíça... Fui preso, e quando saí da prisão eu vim para São Paulo. Quando eu voltei, eles tinham ocupado a região todinha, militarmente, durante seis meses. Prenderam quase todos da liderança do Pindaré-Mirim, da região toda, e levaram para São Luís. E fizeram um terror na região toda, nos acusando de comunistas, montando milícias brancas, armadas, nos povoados, para quem falar no sindicato ir para a cadeia. Eu saí de lá no final de 1969. Mas deixaram lá tudo esbagaçado. Não ficou delegado sindical, não ficou ninguém lá que não prendessem. Quando eu voltei em 1970, o pessoal tudo escondido, a gente, de novo, começa a mobilização do zero, *do zero*. Aí é que nós criamos um novo MEB, de trabalhadores rurais, entre nós cinco, companheiros e companheira, porque só nós sabíamos o que era MEB...

Mas era só com as pessoas de lá? Ou vocês fizeram contato aqui?

Nós ficamos no MEB, quer dizer, as lideranças que mais se destacaram. Antonio Lisboa Brito era um dos dirigentes, eu era outro, tinha mais um companheiro chamado Joaquim Lavanca, outro, José Lavanca, e tinha uma companheira chamada Luzia. Então nós éramos cinco pessoas do MEB. Uma equipe local. Foi esse MEB que levantou o sindicato de Pindaré-Mirim de novo, fundamos o de Santa Luzia, fundamos o de Bom Jardim, fundamos o de Vitória do Mearim e o de Santa Inês. E fizemos um juramento assim: olha, se qualquer um de nós for morto ou for preso, desaparecer, os que sobrarem têm a obrigação de reconstituir o MEB de novo. Mas esse MEB virou o chamado Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, que foi fundado em Pernambuco e ajudou a construir a CUT⁵, ajudou a construir o PT. Fundado em Pernambuco, depois na Paraíba, Rio Grande do Norte, depois na Bahia e depois no Maranhão. Mas hoje só existem dois: em Pernambuco e no Maranhão.

Então, vocês reconstituíram o MEB?

Pois é. Porque foi essa compreensão de que o MEB precisava existir localmente, já que não tinha como a gente trazer pessoas de fora. Nós, os próprios trabalhadores, passamos a ser os educadores da nossa categoria. E nosso programa era trabalhar no Pindaré, no Maranhão e para o Brasil todo. Em 1968, quando eu vim para cá, eu trabalhei aqui no ABC paulista. Fazia reuniões, trabalho de base, criando grupo, discutindo, comissão de fábrica...



Manoel da Conceição discursa durante a fundação do PT, no Colégio Sion, em 1980. A seu lado na mesa estão (sentados, da esquerda para a direita) Lula, Mário Pedrosa e (na extrema direita da foto) Jacob Bittar.

O pessoal da AP trouxe você?

É. Tinha um companheiro chamado José Barbosa, que era do ABC paulista, ele já era militante da AP e era operário, e, através dele, a gente ia junto.

Até o Betinho chegou a trabalhar no ABC...

Betinho, é, também... Betinho conviveu comigo aqui em São Paulo. Ficamos quase um ano juntos na mesma casa. Começamos a escrever um livro na época, mas depois o livro desapareceu. Acho que a ditadura varreu a casa. Não sei o que aconteceu. O fato é que desapareceu. Eu vim para cuidar da perna aqui. Quando eu saí da cadeia lá, saí do hospital, eu vim para cá para São Paulo.

Mas já tinha esses contatos políticos antes?

Aí já tinha aqui... Eu entrei para a AP em 1967, aí já tinha os contatos com outros companheiros, então já vim para cá sob controle e orientação da AP. Botei uma perna mecânica. Em 1970, eu voltei para o Maranhão. Só que teve um episódio aqui. Em 1969, a AP estava abrindo as chamadas relações diplomáticas com o Partido Comunista da China. E já tinha ido para lá uma primeira equipe. Depois, iria outra; e, nessa, eu também fui. Fui em setembro de 1969, e só cheguei no Pindaré de novo em junho de 1970.

Então, você foi à China?

Fui à China. Lá passei esses nove meses, conhecendo um pouco a China, alguns locais onde houve conflitos armados, guerra de guerrilha, base de apoio, hospitais, lá, por debaixo das montanhas. Onde Mao Tsé-tung estudava, na clandestinidade, com lamparina; onde ele dormia, a casa do pai dele, da mãe dele, locais onde os inimigos matavam os trabalhadores e enterravam, às vezes cem, duzentos, numa só sepultura. Visitei essas coisas todas. Depois que visitamos, essa visita de campo, fui para Nanquim, e apareceu uma divergência interna no nosso grupo de nove militantes da AP. Uma parte do grupo mandou uma carta ao Partido Comunista Chinês, criticando a edição do *Pequim Informa*⁶ para o Brasil, porque os companheiros achavam que o *Pequim Informa*

só dava notícia da China, não dava notícia dos outros países, de como estava a revolução na Ásia, nos países europeus, em todo canto. Só que, na hora de mandar, eles pediram para eu assinar a crítica, eles não assinaram [ri]. Esta carta chegou lá, houve muito comentário e discussão; e junto com ela chegou um documento que a AP tinha lançado no jornal *Libertação*⁷ – falando como eu perdi essa perna, que tinha sido preso, aquela confusão... Eu botei uma perna mecânica lá na China, que era feita especialmente para andar em chapada, em montanha, em qualquer lugar, uma perna muito bem adequada, toda de junta metálica, bem maneirinha, eu andava bem. E, numa dessas viagens, eu ia no hospital fazer um teste nessa prótese, nessa perna, aí me convidaram para ir até outro lugar. Cheguei lá e era para eu ter uma conversa com o senhor presidente Mao Tsé-tung. Deveria ter ido nessa conversa, talvez, o dirigente da AP, que estava lá nos coordenando, mas houve lá uma “queimação” terrível entre os companheiros. Ninguém sabia nem qual era a verdade dos fatos, e isso foi-se aguçando... Então, quando me levaram para falar com Mao Tsé-tung, ele começou perguntando como é que estava a nossa relação na escola [do Partido Comunista Chinês], se estava boa. Eu disse que estava legal, estava bom demais. E as matérias que estavam sendo estudadas, se estava legal. “Está, está bom”. Ele disse: “Mas não é bem isso que eu estou sabendo aqui, não. Tem algumas informações que vocês precisam passar para a gente direitinho” [ri].

Ele tinha um intérprete que fazia a comunicação do português para o chinês.

Tinha. Tinha intérprete. Toda escola tinha um intérprete. Na escola, tinha em todo canto. Toda vez que a gente saía só com chinês tinha um intérprete para aquele assunto. O fato é que havia uma acusação contra um companheiro nosso chamado João, que era o Paulo Stuart Wright, e eu falei que essa história para nós era estranha, que eu nunca ouvi falar de qualquer suspeita a respeito dele. Perguntaram pelas divergências, eu digo que está tudo bem, mas, depois que eu falei uma meia hora, ele terminou dizendo o seguinte: “Eu fui fundador do Partido Comunista da China. Eu fiquei quinze anos no partido isolado, quase que só, porque os companheiros entendiam que a revolução chinesa devia ser feita da mesma forma que foi feita na União Soviética; e a gente conseguiu provar que não era a mesma coisa, que aqui era um outro povo, era uma outra realidade, um outro país, destinos diferentes”. Depois dessa conversa, ele me disse que queria que eu lembrasse de três coisas até o dia da minha morte. Primeiro, tudo o que eu estudei na China, literatura chinesa, história da Revolução Chinesa, para eu fazer o favor de, antes de sair da China, cavar um buraco e enterrar tudinho lá. Dois: chegando no Brasil, que eu fizesse uma pesquisa, do meu jeito, como pudesse, com outros companheiros, para entender bem a realidade brasileira, a cultura do povo, a sua luta, a sua história política, social, econômica, para depois começar a pensar, traçar rumos que pudessem orientar a revolução brasileira, porque o modelo da China não servia para o Brasil. Três: quando estiver numa luta política ideológica interna num grupo, nunca seja você o primeiro a declarar a ruptura com quem está no mesmo campo. Mesmo divergindo, continue junto. Você não pode abandonar nenhum companheiro, nenhum grupo que está com você na mesma luta por divergência interna. O negócio é a gente saber o seguinte: com quem se relacionar, mesmo divergindo, quem tem os mesmos alvos que a gente quer atingir. Logo que voltei para o Brasil eu ainda tinha uma visão dogmática. Mas, depois, eu comecei a estudar e me aprofundar, consultar companheiros, e a própria vida vem mostrando que ele estava certo. Ele não estava errado.

DO MAOÍSMO⁸ À BUSCA DO CAMINHO BRASILEIRO PARA O SOCIALISMO

Essa passagem de uma luta social, uma luta reivindicatória, para uma visão revolucionária, socialista, quando é que isso vem? É nesse momento de entrada na AP que você começa a pensar mais em termos de revolução, do socialismo? Ou já era uma coisa que você vinha amadurecendo antes?

Olha, a AP me ajudou demais, porque a AP me ajudou não só enquanto organização, mas também a estar em contato com outras literaturas, outras pessoas, no Brasil e no mundo. Eu fui a única pessoa da delegação que, quando voltou da China, ficou na Suíça e na França uns quinze dias. Porque tivemos dificuldade para vir logo, ficamos lá, esperando uma oportunidade. Nesse período, a AP tinha divulgado meu nome naquele jornalzinho deles, *Libertação*. Onde eu chegava, que tinha algum partido de esquerda, mandavam me chamar. E um desses grupos que mandou me chamar foi o pessoal ligado a uma organização de esquerda da Suíça, que eu não sei o nome. Só sei que eles tinham uma boa relação com o pessoal da Anistia Internacional. Na França, fiz uma reunião com o pessoal, dirigente nacional do movimento sindical, da CGT [Confederação Geral do Trabalho] francesa, e já voltei de lá bastante conhecido. Eu, na época, não sabia nem o que era comunista ainda. Meu avô falava como bicho-papão; eu tinha era medo. Eu gostava da palavra subversão. Achava bonita demais. Eu dizia, eu quero ser um subversivo [risos]. Comunista não. Mas, como fizeram o terror anticomunista, dizendo que eu era comunista, um dia eu conversei com o Rui Frazão: “Rapaz, o que é comunista?”. “Rapaz, comunista é o mesmo que subversivo.” Aí eu fui estudando, estudando, estudando... Até que nós resolvemos fazer uma campanha contra o terror da ditadura na região, transformando tudo que eles fizeram lá de agressão em música do povo. Tinha um companheiro que tocava violão bem, ele gostava de cantar, e nós nos juntamos lá com as comunidades e começamos a produzir música, meu companheiro. Me lembro, primeiro, de duas lá, que eu me lembre.

Então canta.

Uma diz assim: “Sou comunista, companheiro/ sou contra a fome e o cativo/ os camponeses e os operários pagam foro e recebem salário/ são explorados pelos latifundiários/ pelos capitalistas/ e é por isto que sou comunista”. Nós, para trabalharmos na terra dos homens lá, tínhamos que pagar renda. De cada dez alqueires três eram do dono da terra, sem fazer nada. E eles compravam o nosso a preço de galinha-morta. Porque todo ano eles derrubavam o preço do arroz. Quando a gente entregava para eles, subia o preço. Aí tinha outra música, que dizia o seguinte: “A polícia atacou os camponeses e seu sindicato/ roubaram os ferros deles trabalharem/ prendeu e desacatou/ Se o governo está pensando que a luta vai acabar/ está errado, está errado/ pois continuaremos a lutar”. É só um pedacinho, que eu não sei mais toda. O fato é que eu comecei, já desde essa época, a perceber que era preciso que os trabalhadores do campo e da cidade criassem um partido unificado. Porque era impossível para os trabalhadores rurais, sozinhos, conseguir uma mudança na sociedade. E nem tampouco só os urbanos. E mais. Não é só trabalhador manual, de fábrica e de campo, mas também trabalhadores intelectuais, cientistas, técnicos. Por quê? Porque entendia que para nós – pelo menos para mim – me faltava uma grande coisa. Eu tinha disposição, tinha uma certa garra, mas me faltava um bocado de instrumentos de conhecimento científico, técnico, filosófico, que eu não dominava. Então eu sentia necessidade de alguém para me ajudar, para a gente se completar uns aos outros. Eu tenho um conhecimento prático, empírico, mas tem um outro conhecimento que eu não conheço. Eu, depois de julgado, vim para São Paulo, e o governo tornou a mandar me prender, sem nenhuma razão, e só me soltou com o compromisso de sair para fora do país. O próprio cara disse para mim: “Você só tem dois lugares aqui no Brasil, na cadeia ou debaixo do chão”. Isso saiu até em livro. Esse livro⁹ que dom Paulo [Evaristo Arns] lançou aqui, está lá, textualmente, dito pelo senhor Fleury [delegado Sergio Paranhos Fleury].

DO EXÍLIO À CONSTRUÇÃO DO PT

Você vai para a Suíça em 1976, não é?

Em 1976. Em 1978, eu comecei ver a história de que no meu Brasil tinha surgido a idéia de criação de um partido de trabalhadores chamado PT. Naquele tempo, tinha muitos companheiros que estavam na frente

de sindicatos em quem eu não acreditava, como, por exemplo, o Joaquinzão [Joaquim dos Santos Andrade] daqui de São Paulo. Eu conhecia ele, era... uma espécie de um pelegão moderado. E outros e outros. Aí eu ouvi falar nessa história do partido e comecei a me interessar. Eu via nas revistas que chegavam por lá do Brasil, *Vêja* e outras, muitas entrevistas feitas pelo Lula, às vezes chegava jornal, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*... E muita gente da esquerda na Europa, assim, com um pouco de preocupação: “Sabe, apareceu essa liderança aí, seria bom, porque é um operário. Mas ele é um cara muito bajulado pela burguesia, às vezes, é até um cabra que está dando uma de operário. Deve ter alguma coisa qualquer aí, porque senão a imprensa não estava dando destaque para ele..”. Bom. O fato é que, mesmo assim, eu comecei a escrever para o Lula, ainda lá na Suíça. De vez em quando, mandava para ele um cartão. Até uma semana antes do dia que eu vinha para cá, da Suécia. Escrevi um cartão, dizendo: “Lula, eu vou chegar no Brasil...”.

Você não tinha conhecido ele pessoalmente.

Não. Não conhecia. “Vou chegar no Brasil tal dia e eu quero que você esteja lá, com os companheiros operários, no aeroporto. Eu não posso chegar sozinho porque eu posso ser pego”. Aí eu vim. Cheguei aqui mais ou menos 9 horas da noite em São Paulo. Rapaz, eu não sei quantos, porque não conferi, só sei que tinha bastante homem lá, companheiros operários e trabalhadores. E o fato, companheiro, é que, a partir de então, eu me engracei de ficar no PT. Mas, antes de eu vir para cá, cinco dias antes, eu tinha saído dessa reunião com quarenta companheiros refugiados, lá na Suíça. Nós fizemos três dias de reunião em Genebra. Foi uma reunião internacional. Pegamos refugiados, companheiros nossos que estavam na Itália, na Alemanha, na Suécia, na Suíça, na França... Juntamos uns quarenta. E lá nós tomamos uma decisão de chegar aqui, procurar os inventores do PT para discutir a sua construção. E foi isso que eu fiz. Cheguei aqui no dia 9 de outubro de 1979. E, no dia 13 de outubro de 1979¹⁰, eu fui para uma reunião no ABC paulista, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, lá tinha uma centena de lideranças operárias e até alguns intelectuais técnicos, e lá eu pedi engajamento na construção do PT. Logo naquele dia nós escolhemos a primeira comissão pró-construção do partido no Brasil. Quer dizer, ainda não tinha o partido; estava só badalado, mas ainda não tinha nenhuma organização. E lá também nós discutimos que seria correto, antes de criar diretórios, criar o chamado núcleo de base nos bairros, nas ruas, nas comunidades. Que embora nós íamos ter diretórios, mas o poder fundamental do partido deveria se manter nos núcleos de base. Antes de aprovar qualquer lei ou proposta no diretório estadual ou municipal ou distrital, o núcleo tinha que discutir, debater as propostas e dar uma primeira versão. E eu, até hoje, tenho essa filosofia. No Maranhão, eu faço parte de um grupo de companheiros, que nós chamamos coletivo de luta solidária. Esse ano, que houve eleição, eu já estava há mais de dez anos fora do Diretório Nacional do partido. Os companheiros acharam que eu tinha que voltar de novo a militar no partido, assim, dentro das instâncias, e eu terminei voltando. E hoje estou no Diretório Nacional do partido.

Manoel, você disse que, quando estava na Suíça, começou a receber notícias da idéia do PT, da liderança do Lula e que teve uma discussão em grupo com companheiros que decidiram vir e se engajar. Ainda eram companheiros da AP?

Não, não. Companheiros que estavam lá mesmo.

Você já não estava mais ligado à AP?

Estava. Continuei ligado à AP, mesmo lá.

Porque a AP fez um debate interno sobre entrar ou não no PT, não é?

Teve. Lá tinha cara da AP, tinha outras tendências, outros grupos. O grupo de militantes da AP exilados na Europa se reuniu. Alguns eram de Goiás, eu não conhecia, outros eram de Brasília, tinha outros daqui de São Paulo. E a nossa discussão foi: chegando no Brasil, não tem conversa, vamos direto para o PT ajudar a

discutir. Quando eu cheguei aqui, os companheiros da AP que ficaram no Brasil estavam programando um encontro lá no Rio de Janeiro. Eu fui para esse encontro e lá foi feita a discussão. Discutiu-se, discutiu-se, conversa vai, conversa vem, mas o fato é que a maioria dos que estavam lá concordou que nós devíamos ficar no PT. Só que depois a maior parte deles resolveu sair. A gente ficou.

Mas a AP não entrou como uma tendência?

Não. Entraram as pessoas. Tinha muitos companheiros que sabiam que eu era da AP e tinham certo receio. Aquele Jacob Bittar tinha muito medo de mim... José Ibrahim também achava que a gente podia uma hora querer passar a perna neles [risos]. Mas não pensei isso, não. Nunca.

Com Lula, você sempre teve uma relação fácil?

Toda a vida tive uma relação boa com o Lula. Ele continuou sendo meu amigo assim, muito irmão, até hoje.

E na fundação do PT, você estava no Colégio Sion?

Eu estava na fundação... Naquele tempo, ainda tinha um restinho de ditadura. O fato é que para assinar a ata de fundação do partido no Colégio Sion... e a primeira ficha de filiação ao partido foi para Mário Pedrosa. A segunda foi para Apolonio de Carvalho. E a terceira foi para Manoel da Conceição. Eu fui chamado lá pela plenária, todo mundo gritando. Aí eu fui, e cheguei lá, fiz a assinatura, preenchi a ficha e assinei a ata de fundação. Então, como os outros dois faleceram, eu sou o primeiro filiado nacional do PT ainda vivo [risos].

Foi uma homenagem bonita essa, juntar vocês três, que vêm de três...

Três vertentes diferentes¹¹. Eu me sinto orgulhoso, meu companheiro, por isso. Eu só militei em duas organizações políticas. Eu nunca rachei com ninguém... A minha militância foi só na AP, porque não tinha o PT. No PT, eu fui filiado só uma vez e até hoje nunca me desfiliei, continuo no PT, e acho que vou morrer petista. Porque tem tanta gente boa dentro desse partido... Se tem algum safado, a gente manda ele embora. A gente fica...

Como é que foi-se reencontrar com esses seus grupos de militância para levar essa nova idéia do PT?

Eu, primeiro, passei cinco anos em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, depois fui para a Bahia, algumas vezes fui ao Ceará. Os companheiros não queriam que eu fosse ao Maranhão enquanto lá não tivesse um movimento organizado. Quando decidiram vir me buscar em Pernambuco, eu não fiquei mais no Pindaré. Fui para Imperatriz, que é a segunda cidade mais importante do Maranhão, e estou lá até hoje.

Você foi candidato a governador de Pernambuco em 1982.

Sem querer, mas por necessidade – os companheiros entenderam que eu devia ser o candidato – e eu terminei aceitando. Tive uma votação insignificante, muito pequena; mas acho que valeu a pena: ajudou a construir o partido, foi crescendo aos poucos, aos poucos...

Como é que foi essa experiência para você? Você nunca tinha passado por essa coisa de ser candidato, fazer comício, pedir voto.

Até hoje não sei ser candidato. Sabe o que eu sei fazer? É a organização dos trabalhadores, formação, capacitação, reflexão. Mas, companheiro, disputar voto eu não sei, porque eu não sei mentir [risos].

Como é que foi a campanha? Vocês andaram o estado todo, faziam comício?

Montamos esses núcleos do PT, a partir da nossa relação com as lideranças de cada lugar.

Como é que foi tentar construir isso lá em Pernambuco?

É. Eu ajudei a construir... Primeiro os companheiros do Rio Grande do Norte me convidaram para montar lá uma oposição sindical rural, coisa em que eu tinha muita experiência. Então eu fui para lá, para o Rio Grande do Norte, comecei a fazer o serviço. Como deu certo, também me chamaram na Paraíba. Aí nós criamos as oposições já construindo o PT também. A oposição sindical era PT e o PT era a oposição sindical. Em Pernambuco, do mesmo jeito. Um companheiro que era, na época, da oposição sindical lá em Pernambuco chama-se Mané de Serra. Hoje, ele é o presidente da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura]¹².

E como era a sua relação no meio sindical rural de Pernambuco com aquelas lideranças de esquerda mais tradicionais, ligadas ao Partido Comunista, a Arraes?

Não dá para dizer que Miguel Arraes não era um progressista... Ele era. Uma grande liderança. Mas tinha medo que se pelava de lideranças organizadas em grupos de base. Ele queria apadrinhar todo mundo, e que votassem nele. Mas, na hora que o pessoal começava a querer se organizar para ter poder, aí ele já não gostava. Ele não gostava muito de mim por causa disso... [risos].

É compreensível. [ri]

Eu dizia: “Arraes, rapaz, eu sou teu amigo...”. Quando ele vinha de Argel, onde morava, para a Suíça, era lá em casa que ele fazia reuniões, que ele dormia... “Mas não concordo com você, Arraes, nesse sentido. Sei que você é progressista, um cara legal, mas é um cara que tem medo do poder popular. E, no dia que tu morrer, amizade, como é que vai fazer? Quem é que surge de baixo?” Ele não dizia nada. Brizola, que também ia lá em casa, tinha a mesma característica. Digo: “É por isso que vocês são inimigos um do outro. Vocês são iguais”. Não queriam nem ver um ao outro... Essa passagem de cacique para coletivo tem que ser feita numa caminhada longa, orgânica, no sindicato, na cooperativa, na associação, no bairro, na comunidade, no assentamento, na escola, onde tiver gente para se organizar. Porque o indivíduo nunca vai deixar de existir. Porque o indivíduo é a razão do partido. Sem o indivíduo não tem coletivo. Outro dia eu estive fazendo umas aulas lá em casa, conversando com todo mundo: “Olha, a casa é um coletivo, de todos nós. Tem uma geladeira, que é uma peça coletiva, nossa, tem um fogão que é coletivo, nosso, cozinha para todos nós. Ninguém pega num prato e diz: Esse aqui é o meu. Não. Ele é dono de qualquer prato enquanto está usando ele. Mas além do coletivo, minha companheira, você tem, na mesma casa, o que é pessoal: seu sapato, sua roupa, seus anéis, seus brincos, seus óculos, tem um bocado de coisa que não é do coletivo; e tem que ser respeitado. Porque aquele desejo, que cada um de nós tem, de ter alguma regalia enquanto pessoa, é sagrado. Você não pode negar isso para ninguém”. Quando eu estive na Albânia, os companheiros do Partido Comunista ficaram um pouco magoados comigo, porque eu critiquei isso. O individual, o personalismo, não pode estar acima daquilo que é social, daquilo que é coletivo, mas eles podem conviver juntos, desde que ele não seja nunca o que determina o desenvolvimento, as relações do poder, o entendimento, o saber. Se ele não é isso, ele convive, convive democraticamente, numa boa. Quem é que não gosta de ter de vez em quando o seu carrinho para sair de casa, num passeio? [ri] Agora ele pode ser maior, mais importante do que um ônibus, um coletivo? Não pode.

Você teve essa experiência eleitoral em 1982. Depois, você chegou a ser candidato a senador, não foi?

Em 1994, o partido, no Maranhão, precisava de um candidato ao Senado, para compor com o PDT [Partido Democrático Trabalhista], do Jackson Lago, e o PSB [Partido Socialista Brasileiro]. Resolveram me indicar e eu, de novo, depois de muita reflexão, terminei por aceitar. Depois, em 1988, o partido precisava de um candidato a deputado federal. De novo, o Mané sai candidato. Mas nenhuma das vezes eu ganhei. Agora para sindicato, minha filha, aí, sai de baixo. Se tiver um pelego bem ali, pode contar que ele não passa nem quatro anos, porque ele cai. Ele cai. Ele cai. Cai de braços abertos. Não tem jeito.

MILITÂNCIA PARTIDÁRIA, SINDICALISMO E COOPERATIVISMO

Tinha um grupo interno no PT do Maranhão, ao qual você era ligado, chamado PT de Aço. É isso mesmo?

É. O PT de Aço foi um grupo de companheiros petistas ligados à luta no campo. Tinha o Dutra, que era advogado, e nós éramos uma massa imensa de trabalhadores que quase não tinha voz dentro do partido. Aí criamos o chamado PT de Aço. Esse nome ninguém botou não, foi por acaso. O Vilanova, quando foi candidato a deputado – eu sou ferreiro, não é? –, ele disse: “Mané! Tu não queres fazer para mim uma placa de ferro?”. Eu digo: “De ferro, não. Mas, se tu comprares uma placa de alumínio, eu faço”. Aí ele comprou uma barra de alumínio grande, uma folha de alumínio grossa. Foi lá em casa. Eu mandei um companheiro professor chamado Jequié fazer o nome. Aí cortei tudinho, linha por linha, fazendo buraco. Quando ficou pronto, disseram: “Rapaz, e é de aço!” [risos]. Eu digo: “Não, é de alumínio”. Rapaz! Pois não é que pegou? A partir daí, ficou PT de Aço. Como ele era o nosso líder principal, de massas, esse nome passou automaticamente para o grupo todo. O PT de Aço do Vilanova, do Mané, do Dutra. Aí, essa placa, nós botávamos ela num muro branco, encostava e botava tinta.

Era a matriz, para fazer pichação?

É, para fazer pichação. Placa de “aço”, não é?

E a sua atuação, nos últimos anos, coordenando o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural?

Depois que saí de Pernambuco, em 1985, 1986, eu fui para o Maranhão, continuei militando no partido, mas a minha atividade principal não era dentro do PT como instância, era no movimento sindical e no associativismo de produção da agricultura familiar. Então a gente começou a trabalhar construindo cooperativas. Quando chegou em nove cooperativas, nós construímos uma central. A Contag terminou por assumir a luta pela construção de um cooperativismo de agricultura familiar. Então nós, hoje, criamos a Unicafes: União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. A nossa grande guerra hoje é criar uma base econômica de sustentabilidade da nossa luta, da nossa militância, e também da nossa manutenção enquanto cidadão, enquanto pessoa. Porque esse negócio da gente travar uma luta baseada em recurso de terceiros, a gente termina às vezes se ferrando por isso. Então nos estatutos de tudo quanto é cooperativa nossa, está lá: 3% da nossa renda é para investir na luta da classe trabalhadora no campo político e social. Esses 3% são sagrados, é uma contribuição para disputar uma vereança, disputar uma prefeitura... A gente, que é trabalhador, não quer depender 100% de quem tem recurso acumulado. Se alguém quiser doar algum recurso para ajudar, bem; se não puder, temos que ter nossa própria fonte de apoio de nossas lutas, não é isso?

E a produção de vocês no Maranhão, hoje, é mais o quê?

A cultura do Maranhão era arroz, feijão, milho e mandioca. Mas, com a invasão de eucalipto e da soja, agora da cana-de-açúcar, do algodão, tudo se transformou em monocultura. E outra coisa, o Maranhão se transformou num grande criador de bovino. Então você lá só vê capim, arame e gado. Para recuperar uma área suamos muito. E não dá mais arroz que preste. Agora você tem que plantar culturas permanentes, árvore frutífera. Nós, desde 1994, já plantamos uns 2 mil hectares. E também fazemos a criação de pequenos animais. Começa pela abelha, vai à galinha, ao bode, ao carneiro. Depois nós temos as áreas de campo, onde estamos orientando a pegar seriema e ema, que estão em extinção, e colocar para reproduzir lá, para ter fatura. Por enquanto, estamos só pensando. Falta cercar nossas áreas. Porque, se botar elas soltas, elas vão embora, não ficam. Cercando três, quatro alqueires cada área, elas ficam lá reproduzindo, fica o veado, fica o caititu. Em

algumas áreas que ficam assim em boca de serra, que eles ficam mais escondidos, ainda sobra. Na planície, está tudo acabado. Então nós estamos agora travando uma guerra com todo mundo, mostrando para o meu companheiro Lula que agronegócio é uma continuidade dos que, na época da escravidão, tinham como mercadoria o próprio escravo. Porque, minha companheira, não fica nada no campo. Não fica peixe, não fica fauna, nenhuma ave, nem pássaro, nem cotia, nem paca, nem tatu. E o último que sai é o ser humano, que é obrigado a migrar porque não tem como ficar. Fica o quê? Só o veneno e as pragas. No Maranhão, toda a região do cerrado, e área de transição da Amazônia, está se transformando em deserto verde. É um deserto porque você vê o verde, mas não tem vida. Na área de soja, o agrotóxico é jogado de avião, cai nos rios, em todo canto, as águas ficam empestadas de doença; os peixes terminam morrendo, os animais, os pássaros... Quem é que sobra? As varejeiras, as moscas, porque elas só têm um dia de vida, reproduzem de novo... Como não tem o predador, não tem o gafanhoto, não tem o gavião, não tem a cotia, não tem o macaco, não tem ninguém que coma ela, não tem pássaro nenhum, não tem quem vença as varejeiras. E quem mais? Só tem o gado, porque esse veneno não mata o gado. Resultado: os rios estão tudo morrendo, porque, nas áreas ciliares de grandes igarapés, dos lagos, tudo é derrubado, os pés de boi pisam e tudo vai virando campo. E a gente gostaria que o nosso presidente, no próximo mandato, olhasse bem para o fortalecimento dessa produção da economia familiar que nós estamos fazendo, dentro desse princípio de zelo pelo meio ambiente. Essas plantas que foram destruídas e nós estamos trazendo para plantar de novo, árvores grandes como bacuri, pequi, ipê... Porque, se o agronegócio só quer tirar, e não botar, chega um ponto que nem soja a terra vai dar mais, vira torrão. Então a gente acha que, se chegamos e encontramos essas árvores, então, nós temos que deixá-las para o futuro. Vamos zelar pelas poucas que ainda restam em algumas montanhas, alguns boqueirões; e, onde é planície, estamos plantando de novo tudo, a palmeira, a macaúba, o caju, a mangaba... Vamos plantando também os outros; mas, principalmente, esses aí, porque geram alimento.

Como é que você vê o movimento dos sem-terra, o MST¹³? Você ajudou na organização desse movimento mas, depois, parece que você se distanciou dele.

Eu fui um dos que ajudaram a fundar, desde o primeiro momento, o MST do Rio Grande do Sul. Fui lá para ajudar a fazer a primeira grande ocupação. E levei para o Maranhão, também, a proposta, e ajudei a fazer lá o MST. Mas havia um pouco assim de conflito. Eram dois. Hoje um desses eles já superaram, que é o cooperativismo, mas, o outro, até hoje não reconhecem o movimento sindical como instrumento de luta pela reforma agrária. Nós achamos que o cooperativismo e o movimento sindical, mesmo com todas as falhas, são instrumentos importantíssimos na luta pela reforma agrária e a organização da produção, além de muitos outros direitos que a classe trabalhadora rural precisa. Mas a visão dos companheiros no início era: “Vamos ocupar, resistir e produzir na terra”, mas sem criar cooperativas, porque achavam que o pessoal abandonava a luta; passava a melhorar a vida... [ri].

Não continuava na militância.

Mas acontece que os trabalhadores querem a terra por necessidade. Depois, com a cooperativa, eles continuam lutando por consciência de que é necessário fazer mudanças. Se você se preocupa só em ocupar, mas não tem a política de formação permanente, formação científica, filosófica e técnica, os companheiros que só queriam a terra para plantar e comer, e já tem ela, não querem mais lutar. É preciso despertar essa consciência filosófica e política de transformação, se não, não adianta. Então, essa parte nós vencemos. Hoje, já se entende que é preciso produzir e formar gente com esse entendimento de que a produção é que vai dar sustentabilidade, e o MST faz isso muito bem. A outra coisa... Nós somos amigos, a gente se respeita muito, demais. Tenho o maior respeito pelo João Pedro Stedile e por todos os outros. Mas o meu nascimento, meu berço, foi dentro da ótica da luta sindical; então, quando o sindicato passa a não cumprir o papel dele, ao invés de eu criar uma outra coisa no lugar do sindicato, a minha luta é para tirar os dirigentes que não estão mais servindo àquele

órgão; e colocar uns outros que retornem à luta. E nisso a gente não concorda bem. Então, eu nunca criei um outro instrumento porque, toda a vida, eu nasci fazendo sindicato; quando é pelego, a gente tira, derruba, bota outro, porque a gente quer ver os trabalhadores unidos no mesmo instrumento, na sua luta pela terra, pelos direitos que eles têm. E se eu começo a formar vários instrumentos...

Concorrentes, não é?

É, concorrentes. Dividindo a categoria. Não dá. Eu quero que ela se unifique, campo, cidade, no mesmo instrumento, tirando quem não está servindo e botando quem serve, quem está fazendo a luta. Então, eu só tenho incentivado dois grandes instrumentos, aliás, três: o *partido*, porque é necessário à tomada do poder, porque sindicato não nasceu para tomar poder, quem nasceu é partido; o *sindicato*, porque é quem mobiliza para a conquista do imediato, desde a questão da terra, passando por salário e tudo; não toma poder, mas ajuda a cobrar os direitos que a gente tem; e o *cooperativismo*, porque é uma forma que você tem de poder acumular o que você precisa para continuar nessa caminhada de transformação. Porque ali está o berço do entendimento. Sem solidariedade, sem coletivo não há mudança no plano político, cultural, ideológico, educacional, filosófico e técnico sem que sigamos na organização desses três grandes instrumentos. Fora outros que se organizam pensando em outras formas; às vezes, somente pensando em Deus, no céu, na religião, de forma isolada dos acontecimentos reais e concretos da vida. Agora instrumentos, mesmo, de luta, eu entendo que são esses três – partido, sindicalismo e cooperativismo. Ainda não vi coisa melhor do que esses aí para fazer essa luta. Se os companheiros querem fazer, a gente ajuda, apóia. Eu já ajudei a criar o MST, ajudei a criar o MLST¹⁴... Sabe o que é isso, não sabe? [risos] Mas não estou fazendo parte de nenhum, como dirigente. Eu ajudo, porque, num momento, temos um entendimento. Depois as pessoas começam a entender outra coisa. Aí eu digo: “Olha, então vocês vão indo, que eu vou ficando para cá” [risos].

É isso. Manoel, muito obrigado. Foi ótimo. Já o exploramos bastante...

Eu queria só dizer a vocês, antes de ir embora, que eu estou agradecido por ter vindo aqui nesta sede¹⁵ que homenageia o meu companheiro, jornalista, que já faleceu [Perseu Abramo], e que a gente vai continuar nesse trabalho. E espero que cada um de nós que estamos vivos nessa luta seja um lutador ou uma lutadora, um transformador da sociedade. E quero dizer também que temos que pensar no futuro. Lula foi o melhor presidente que o Brasil já teve. Por que eu digo isso? Porque foi o único presidente que eu vi sentado em coletivo de trabalhadores e trabalhadoras de todas as categorias, trocando idéia, fazendo brincadeira, ele dizendo o que quer, nós dizendo o que a gente quer. Então, os camaradas lá em cima estão é com ódio. Com o Lula eu chego lá, converso, a gente troca idéia, troca opinião, não tem esse conflito entre nós. Eu tenho muito respeito pelo Lula, como ele é e como ele está agindo. A gente quer essa mudança, mas o presidente sozinho não muda os rumos desse país. Precisam ser milhões de homens, de mulheres, jovens, negros e brancos e amarelos. Fazer o quê em quatro anos? Num país que está com quinhentos e poucos anos de implantação de um modelo que passou a ser cultura, ser prática, de que os grandes mandam nos pequenos. Deixamos de ser escravos, que trabalhavam para ganhar comida e chicote, de ser uma mercadoria humana, para ser uma mercadoria força de trabalho. Hoje eu trabalho entendendo que nós temos que construir essa mudança. Mas ela não acontece apenas quando se chega lá no poder, no governo municipal, estadual, federal. Ela vai sendo construída a partir de onde se está, na comunidade, na fábrica, no assentamento, no município. Vamos construindo isso aos poucos, porque, senão, a gente chega lá de novo, e o povo não sabe o que é a nova sociedade. Vai se opor, pensando em coisas de imediato, e até derrubar de novo; e você, se quiser se manter, tem que impor nova ditadura. E ditadura não constrói. Nenhuma ditadura. Pode ser de direita ou de esquerda. Ela termina caindo. Para poder ter estabilidade cultural, econômica, ideológica, organizacional, você tem que ir construindo o novo dentro do velho. Porque senão você vai querer implantar com meia dúzia de pessoas, só, sabendo o que querem, e o resto não sabe, tem que engolir. Eu já abracei dois presidentes da República. Um

foi o Mao Tsé-tung, na China, o outro foi o Lula. Eu já disse para ele: “Lula, se tu continuar andando como até hoje, eu vou ficar junto contigo nesse PT até morrer. Não precisa pressa, precisa é ter firmeza”. Eu vejo no Lula uma pessoa muito honesta, sensível aos problemas da classe trabalhadora e da sociedade como um todo. A gente precisa de um fôlego maior, para começar a construir algo sustentável, democraticamente. E essa coisa nova não pode ser apenas um movimento lá por cima. O povo só adere quando ele vê a olho nu, algo que seja palpável. Senão, meu companheiro, tu ficas no discurso intelectual a vida inteira, e mentindo para o povo, dizendo que vai mudar, mas não muda...

NOTAS

1 Movimento camponês iniciado em 1954, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE). Um de seus fundadores foi José dos Prazeres e teve entre seus líderes Francisco Julião, Clodomir de Moraes, João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. As Ligas Camponesas existiram até 1964, quando foram colocadas na ilegalidade e perseguidas. Funcionaram basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Cf. STEDILE, João Pedro e MANÇANO, Bernardo. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

2 Embora o Decreto-Lei nº 7.038, promulgado por Getúlio Vargas em novembro de 1944 como extensão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), previsse a sindicalização rural, só a partir de 1962 é que os sindicatos rurais começariam a ser efetivamente reconhecidos. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp>. Acesso em 27 fev. 2008.

3 Revolta popular ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841 contra o poder local e os grandes proprietários rurais que dominavam a região. Mesmo sendo um movimento com pouca organização e sem projeto político definido, conseguiu conquistar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do estado. Para combater a revolta dos balaios, o governo enviou tropas comandadas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. O término do conflito somente foi obtido com a anistia concedida pelo imperador aos revoltosos sobreviventes.

4 Refere-se às primeiras eleições após o golpe de 1964, ocorridas em 3 de outubro de 1965. Com discurso democrata e tendo apoiado o governo de João Goulart antes da sua destituição, Sarney acabou por se tornar um dos principais nomes políticos do regime implantado em 1964. Foi candidato ao governo do Maranhão pela coligação UDN-PSP, com ostensivo apoio pelo presidente Castelo Branco. A eleição representou a primeira derrota política de Vitorino Freire, chefe político local. Com o bipartidarismo instaurado pelo AI-2, de 27 de outubro de 1965, Sarney incorporou-se à Arena, o partido do regime. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

5 Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, pelos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro naquele momento. Muitas das principais lideranças que fundaram o PT, como Lula, Jacob Bittar e Olívio Dutra, entre outros, participaram também da fundação da CUT.

6 O *Pequim Informa* era um semanário produzido pelo Partido Comunista da China, com tradução para diversas línguas estrangeiras, como português, inglês e espanhol, e distribuição pelos movimentos comunistas nacionais. Durante a ditadura militar brasileira, a circulação deste periódico era muito restrita, limitando-se quase exclusivamente ao meio estudantil. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em 28 fev. 2008.

7 Jornal da Ação Popular nos anos 1970, basicamente denunciava os crimes da repressão e a ditadura brasileira.

8 O maoísmo é concepção política comunista revolucionária baseada nos ensinamentos de Mao Tsé-tung (1893-1976), o principal líder da Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949. É marcado pelo voluntarismo, atribuindo maior peso às condições subjetivas, isto é, à formação de uma vontade revolucionária no seio do povo, do que às condições objetivas da sociedade, ou seja, ao grau de desenvolvimento das suas forças produtivas. Discordando da idéia de que o modelo da Revolução Russa (uma insurreição armada de base operária que tome o poder de Estado e depois o consolide mediante a guerra civil) pudesse ser reproduzido em outros países, Mao, baseado na experiência chinesa, estabeleceu o modelo de “Guerra Popular Prolongada”. Para a viabilização desta estratégia seria fundamental a implementação de uma “linha de massas”, visando obter o apoio das majorias durante o processo revolucionário, enquanto Lenin considerara que somente a vitória da revolução, conduzida por um partido de quadros profissionalizado, possibilitaria obter esse apoio, com o atendimento pelo governo revolucionário das demandas imediatas dos diferentes setores populares. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mao%C3%ADsmo>>. Acesso em 3 abr. 2008.

9 O entrevistado refere-se ao livro publicado por dom Paulo Evaristo Arns e pela equipe do Projeto Brasil Nunca Mais, que denunciava com argumentos legais e com imensa pesquisa em documentos oficiais as arbitrariedades da repressão política, as torturas e as mortes cometidas pelo regime militar. Cf. *Brasil: Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

10 Nesta reunião, realizada no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, com a presença de 130 pessoas que representavam pelo menos seis estados, foi lançado oficialmente o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Cf. *Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores*. Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política/Fundação Perseu Abramo (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 40.

11 Mário Pedrosa era um dos mais destacados trotskistas do Brasil. Apolonio de Carvalho vinha originalmente do Partido Comunista Brasileiro, tendo participado posteriormente da luta armada contra a ditadura militar como fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Já Manoel, líder camponês, representava a corrente do socialismo cristão, materializada na Ação Popular, que posteriormente se vinculou ao maoísmo.

12 A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Na época existiam 14 federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Hoje são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo. O reconhecimento oficial da Contag ocorreu em 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517. O golpe militar de 1964 resultou em intervenção na entidade e prisão e exílio de vários dirigentes. O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) retomou a entidade em 1968, derrotando o interventor. Disponível em <<http://www.cut.org.br/site/start.cut?infoid=12272&csid=119>>. Acesso em 17 maio 2008.

13 Sobre o MST, ver nota 8 na entrevista de Antonio Candido, neste volume.

14 O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) é um dos muitos movimentos político-sociais brasileiros que lutam pela reforma agrária. De acordo com o geógrafo Bernardo Mançano, da USP, é um pequeno movimento regional, que atua em Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Ficou nacionalmente conhecido em junho de 2006, quando pessoas ligadas ao grupo invadiram a Câmara dos Deputados. Cf. “MLST é grupo pequeno e não tem tradição de agir com violência, diz especialista”. *UOL News*, 6 jun. 2006. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/entrevistas/2006/06/06/ult2614u514.jhtm>>. Acesso em 23 mar. 2008.

15 A entrevista foi realizada na sede da Fundação Perseu Abramo, entidade vinculada ao PT, na cidade de São Paulo.